

**Instruções – Prova Objetiva A:**

- Este caderno contém 20 (vinte) questões, com 5 alternativas cada uma.
- Cada questão contém somente UMA ALTERNATIVA CORRETA.
- Atribui-se a cada questão o valor de 0,5 ponto, totalizando 10,0 pontos.
- Há um QUADRO DEFINITIVO DE RESPOSTAS, que deverá ser preenchido de caneta AZUL ou PRETA.
- A duração da prova terá 2h (duas horas).
- O tempo mínimo de permanência na sala é de 30 (trinta) minutos após o início da prova.
- A aluno não poderá retirar-se da sala de prova levando o caderno de questões.
- Trata-se de prova sem consulta à legislação, ao material de apoio e aos colegas.
- Boa prova!

**Quadro Definitivo de Respostas**

Alternativa/ Questão	A	B	C	D	E
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

**Questão 1** (VUNESP/2019/FISCAL DE TRIBUTOS - ADAPTADA). É reservado à lei complementar em matéria tributária:

- A) O estabelecimento da alíquota do imposto sobre produtos industrializados.
- B) A regulamentação das limitações constitucionais ao poder de tributar.
- C) A definição da base de cálculo do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana.
- D) A instituição de novas imunidades tributárias.
- E) A instituição do Imposto Extraordinário de Guerra.

**Questão 2** (FCC/2013/TCE-SP – AUDITOR DO TRIBUNAL DE CONTAS - ADAPTADA). É vedada a limitação ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais. A proibição refere-se ao princípio da:

- A) Não discriminação em razão da procedência ou destino, que deve ser observado por todos os entes federados, tendo como exceção a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público.
- B) Liberdade do tráfego de pessoas e bens, sendo direcionado unicamente à União e aos Municípios, tendo como exceção a cobrança do pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público.
- C) Não discriminação em razão da procedência ou destino, que deve ser observado por todos os entes federados, não contemplando exceção.
- D) Liberdade do tráfego de pessoas e bens, que deve ser observado por todos os entes federados, tendo como exceção a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público.
- E) Não discriminação em razão da procedência ou destino, que deve ser observado pela União, Estados e Distrito Federal, tendo como exceção a cobrança do pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público.

**Questão 3** (FGV/2014/SEFAZ-MT - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO DA RECEITA MUNICIPAL - ADAPTADA). É sabido que todos os tributos têm função arrecadatória, ainda que alguns tenham mais acentuada função extrafiscal, buscando, assim, objetivos outros que não apenas o de arrecadar receitas públicas.

Assinale a opção que indica o tributo com função extrafiscal mais acentuada.

- A) Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo
- B) Imposto Sobre Serviços.
- C) Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.
- D) Contribuição de Iluminação Pública.
- E) Imposto de Importação.

**Questão 4** (CESPE-CEBASPE/2024/FINEP - ANALISTA JURÍDICO - ADAPTADA). Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a opção correta em relação aos princípios gerais do sistema tributário nacional e às limitações ao poder de tributar.

- A) A imunidade tributária recíproca estende-se incondicionalmente às empresas públicas e às sociedades de economia mista.
- B) Por ser específico e divisível, o serviço de iluminação pública pode ser remunerado por meio de taxa.
- C) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- D) Em decorrência da imunidade tributária recíproca, é vedado aos entes federativos instituir tributos sobre o patrimônio, a renda e os serviços uns dos outros.
- E) De acordo com o princípio da anterioridade da lei tributária, é vedada a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

**Questão 5** – (FCC/2016/PROCURADOR MUNICIPAL - ADAPTADA) O chefe do Poder Executivo, por meio de medida provisória convertida em lei pelo Congresso Nacional, majorou a alíquota do imposto sobre a renda das pessoas físicas. Considerando que a medida provisória foi convertida em lei no mesmo exercício financeiro em que foi adotada, a majoração pretendida passará a produzir efeitos a partir dos fatos geradores ocorridos:

- A) No exercício financeiro seguinte àquele em que a nova lei foi publicada, respeitando-se, também, o princípio nonagesimal (noventa), por se tratar do imposto sobre a renda, o qual deve observar as duas anterioridades constitucionais, ou seja, a anual e a noventa.
- B) Imediatamente, desde que a nova lei seja promulgada e publicada de acordo com o processo legislativo previsto na Constituição Federal.
- C) Após o prazo de noventa dias da data em que haja sido publicada a nova lei que majorou o imposto sobre a renda.
- D) No mesmo dia da publicação da lei, tendo em vista a exceção prevista na Constituição Federal, ao tratar das regras sobre medida provisória.
- E) No exercício financeiro seguinte àquele em que a nova lei, decorrente da medida provisória aprovada, foi publicada.

**Questão 6** (FGV/2016/CODEBA - ANALISTA PORTUÁRIO – ADVOGADO). Em maio de 2015, a União aumentou, por meio de lei, as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de itens de alimentação e higiene. Sobre essa lei, assinale a afirmativa correta.

- A) A lei que majorou as alíquotas do IPI entrará em vigor no primeiro dia do exercício financeiro de 2016, uma vez que o IPI se submete apenas ao princípio da anterioridade de exercício.
- B) A lei que majorou as alíquotas do IPI poderá ser aplicada a fatos geradores ocorridos antes do início da

vigência da lei que as aumentou, uma vez que o IPI não se submete ao princípio da irretroatividade.

- C) A lei que majorou as alíquotas do IPI entrará em vigor imediatamente após a sua publicação, uma vez que o IPI não está sujeito aos princípios das anterioridades.
- D) A lei que majorou as alíquotas do IPI entrará em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação, uma vez que o IPI não está sujeito ao princípio da anterioridade de exercício.
- E) A lei que majorou as alíquotas do IPI entrará em vigor no primeiro dia do exercício de 2016, uma vez que o IPI se submete ao princípio da anterioridade de exercício e ao princípio da anterioridade nonagesimal.

**Questão 7** (FEPESE/2024/PREFEITURA DE CAÇADOR - TÉCNICO TRIBUTÁRIO - ADAPTADA). Em um de seus artigos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que “sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte [...]”.

Tal dispositivo diz respeito ao princípio tributário da:

- A) Isonomia.
- B) Vedação ao confisco.
- C) Seletividade.
- D) Capacidade contributiva
- E) Disponibilidade Financeira.

**Questão 8** (CESPE/CEBRASPE/2024/ CAGEPA-PB - ADAPTADA). Com referência ao princípio da capacidade contributiva, assinale a opção correta.

- A) A capacidade contributiva é um princípio que se aplica exclusivamente aos impostos indiretos.
- B) O princípio em consideração impede a progressividade na tributação.
- C) O princípio em questão permite a discriminação arbitrária entre contribuintes com a mesma capacidade econômica exclusivamente em casos de guerra externa, de calamidade pública e de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- D) Levando em consideração um dos parâmetros do princípio em apreço é possível determinar que a tributação deve ser proporcional à capacidade econômica do contribuinte.
- E) A capacidade contributiva, de acordo com a jurisprudência atual do STF, é um princípio aplicável apenas aos impostos pessoais.

**Questão 9** (AGIRH/2019/PREFEITURA DE CANAS-SP - FISCAL DE TRIBUTOS - ADAPTADA). Em relação a tributos analise as afirmações abaixo.

- I. Taxas: as taxas são cobradas em razão da prestação de atividades estatais, tais como os serviços públicos ou do exercício do poder de polícia.
- II. Impostos: incidem, por exemplo, sobre a propriedade de imóvel urbano (IPTU), a disponibilidade de renda (Imposto sobre a Renda), a propriedade de veículo automotor (IPVA), entre outros.
- III. Contribuições de Melhoria: as contribuições de melhoria podem ser cobradas em razão da realização de obra pública que implique valorização de imóvel do contribuinte.

São afirmativas corretas:

- A) I e II
- B) I, II e III
- C) I
- D) II e III
- E) I e III

**Questão 10** (FGV/2024/CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - PROCURADOR LEGISLATIVO - ADAPTADA). O Supremo Tribunal Federal – STF analisou, em diversas oportunidades, a extensão da imunidade tributária recíproca. De acordo com a CRFB/88 e o entendimento do STF, não pode(m) gozar da imunidade tributária recíproca:

- A) As empresas públicas delegatárias de serviço público essencial, quando cobram tarifa como contraprestação do serviço, ainda que não distribua lucros a acionistas privados nem ofereça risco ao equilíbrio econômico-financeiro.
- B) As pessoas jurídicas de direito público, em relação ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA incidente sobre os automóveis de suas autarquias.
- C) As sociedades de economia mista, cuja participação acionária é negociada em Bolsas de Valores e que distribua lucros a investidores.
- D) A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT em relação aos serviços prestados em que não age em regime de monopólio.
- E) Os conselhos de fiscalização profissional, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais.

**Questão 11** (FCC/2008/TCE-AL - PROCURADOR). É exceção ao princípio da uniformidade geográfica:

- A) Vedação da União em instituir tributo uniforme em todo o território nacional.
- B) Vedação aos Estados e Distrito Federal de instituir isenções de tributos de competência dos Municípios.
- C) Concessão, pela União, Estados, Distrito Federal e municípios, de diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão da procedência.
- D) Vedação de estabelecer limitação ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.
- E) Concessão, pela União, de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre diferentes regiões do País.

**Questão 12** – O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Tema 863 de Repercussão Geral, analisou a legalidade da aplicação de multas qualificadas tributárias superiores ao valor do tributo devido, à luz do princípio do não confisco. O STF reafirmou que as multas qualificadas tributárias não podem ser desproporcionais, de forma a comprometer a própria existência do contribuinte, violando assim o princípio da capacidade contributiva e o não confisco. Com base nesse julgamento, analise as afirmativas a seguir:

I. O STF, ao julgar o Tema 863, decidiu que a aplicação de multas tributárias não pode ultrapassar 100% do valor do tributo devido, em respeito ao princípio do não confisco.

II. A decisão no Tema 863 do STF estabelece que as multas tributárias podem alcançar 150% do valor do tributo em caso de reincidência.

III. O STF reafirmou o entendimento de que a aplicação de multas tributárias que representem uma carga excessiva ou confiscatória viola os direitos fundamentais dos contribuintes, em especial o princípio do não confisco.

Está correta a(s) afirmativa(s):

- A) I, II e III
- B) I e III
- C) II e III
- D) Apenas II
- E) Apenas I

**Questão 13** – Os impostos e as taxas são espécies de tributos previstos na Constituição Federal, mas com características distintas. Enquanto ambos são formas de arrecadação pelo Estado, possuem diferenças significativas no que diz respeito à sua finalidade e exigibilidade.

Com base no entendimento sobre a distinção entre impostos e taxas, analise as afirmativas a seguir:

I. Os impostos são tributos que não estão vinculados a uma contraprestação direta do Estado ao contribuinte, sendo cobrados para atender às necessidades gerais da Administração Pública.

II. As taxas são tributos cobrados em razão de uma prestação de serviço público específico e divisível, ou pelo exercício do poder de polícia, estando sempre vinculadas a uma atuação estatal relacionada ao contribuinte.

III. A principal diferença entre impostos e taxas é que os impostos estão relacionados ao financiamento de serviços específicos, enquanto as taxas são tributos gerais que não exigem uma contraprestação direta ao contribuinte.

Está correta a(s) afirmativa(s):

- A) III
- B) II e III
- C) I e II
- D) Apenas I
- E) Apenas II

**Questão 14** (BIG ADVICE/2017/PREFEITURA DE PARISI-SP). Procurador Jurídico. Tributo é:

A) Toda prestação pecuniária não compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

B) Toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou bens imóveis, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

C) Toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

D) Toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir incluindo sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

E) Toda prestação pecuniária facultativa, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção

de ato ilícito, independente de lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

**Questão 15** (FGV/2008/TJ-MS - JUIZ DE DIREITO). Com base nos Princípios Constitucionais Tributários, analise as afirmativas a seguir:

- I. A vedação que impede a União, os Estados, o DF e os Municípios de exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça consagra o princípio da legalidade tributária.
- II. O princípio da irretroatividade tributária veda a cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que o instituiu ou majorou.
- III. O princípio da uniformidade geográfica admite excepcionalmente que sejam concedidos incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do país.

Assinale:

- A) Se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- B) Se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- C) Se nenhuma afirmativa estiver correta.
- D) Se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- E) Se todas as afirmativas estiverem corretas.

**Questão 16** (FGV/2009/SEFAZ-RJ - FISCAL DE RENDAS - ADAPTADA). As alternativas a seguir apresentam *atribuições da lei complementar tributária*, à exceção de uma.

- A) Atribuir ao sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente.
- B) Instituir as contribuições especiais residuais para o custeio da seguridade social.
- C) Dispor sobre o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.
- D) Instituir o imposto sobre grandes fortunas.
- E) Dispor sobre os requisitos para o gozo da imunidade tributária relativa a impostos sobre patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos.

**Questão 17** (FGV/2011/ SEFAZ-RJ - AUDITOR). A respeito da imunidade tributária, é correto afirmar que:

- A) os templos de qualquer culto não poderão ser tributados em relação ao IPTU e às taxas de contribuição de melhoria.
- B) a imunidade recíproca entre os entes federados não se aplica em relação à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
- C) a imunidade recíproca entre os entes federados é absoluta, ou seja, abarca todas as espécies de tributos.
- D) as imunidades seguem as regras de competência previstas na Constituição, mas são criadas por meio de lei.
- E) as entidades sindicais dos trabalhadores e as patronais gozam de imunidade tributária.

**Questão 18** (CESPE/2010/MPE-SE - PROMOTOR DE JUSTIÇA). Considere que um Estado tenha instituído imposto sobre o consumo de água tratada, por meio de lei complementar estadual; um Município do mesmo Estado

tenha instituído contribuição para o custeio de iluminação pública, por meio de lei ordinária; e a União tenha instituído, por meio de lei complementar, imposto sobre grandes fortunas. Nessa situação, agiu(ram) em conformidade com a CF somente

- A) O Município.
- B) A União e o Município.
- C) O Estado.
- D) O Estado e o Município.
- E) A União.

**Questão 19** (COMPERVE/UFRN/2012/ADVOGADO DA CM DE MOSSORÓ/RN - Adaptada). Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre taxas, é correto afirmar que:

- A) O município poderá instituir taxa como contraprestação pelos serviços a serem prestados por unidade especializada em saúde.
- B) É inconstitucional a adoção, no cálculo do valor da taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- C) É constitucional a instituição de taxa para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, cobrada em razão da prestação de serviço não específico e não divisível.
- D) Taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta domiciliar de lixo não viola o artigo 145, inciso II, da Constituição Federal.
- E) É constitucional a instituição de taxa de iluminação pública nos municípios que não tenham ainda instituído a contribuição para o custeio do referido serviço público.

**Questão 20** (CESPE/2012/TJ-PI - JUIZ DE DIREITO - ADAPTADA) No que concerne à competência tributária, assinale a opção correta.

- A) Sendo, como regra geral, delegável a competência tributária, justifica-se a delegação da atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos.
- B) O poder de tributar é atribuído aos entes políticos, mas a Constituição Federal assinala a esfera de competência dos níveis federal, estadual e municipal.
- C) Na ausência de normas gerais da União, os estados e o DF não têm a possibilidade de exercer a competência legislativa plena em matéria tributária.
- D) As principais características da competência tributária são a transmissibilidade e a renunciabilidade, conforme a legislação em vigor.
- E) À luz do CTN, o não exercício da competência tributária pelo ente competente defere a outra pessoa jurídica de direito público o exercício tributário, que não pode ser obstaculizado.

Alternativa/ Questão	A	B	C	D	E
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					